

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 15 • 2007



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

**A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA E O ESPAÇO EUROPEU
BALANÇOS E PERSPECTIVAS**

ACTAS DO COLÓQUIO

Sociedade de Geografia de Lisboa

(Lisboa, 30 de Outubro de 2007)



Coordenador:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2007

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 15 • 2007 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218 444 340
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

OS SUEVOS NA GALÉCIA E NA LUSITÂNIA

Por M. Justino Maciel¹

RESUMO

Da mais genuína origem indo-europeia, os Suevos tiveram um percurso geográfico muito significativo, confundindo-se praticamente, no período romano, com os Germanos, até porque abrangiam ou interagiam muito proximamente com várias etnias dispersas pelas regiões fronteiriças ao Império no Norte da Europa.

A sua vinda para a Hispânia e actual território português, com eleição preferencial do Noroeste atlântico, permitiu-lhes manter a sua identidade etnico-cultural, primeiro face aos hispano-romanos e, depois, na sua relação com outros povos bárbaros, designadamente os Visigodos, até que o evoluir do tempo permitisse uma aculturação mais profunda, promissora de uma pacífica e enriquecedora interacção com outros modos de estar na sociedade hispânica, abrindo perspectivas novas de futuro.

É sobre esta realidade que se pretende reflectir, fazendo, em primeiro lugar, um levantamento de dados históricos sobre a acção dos Suevos e, em segundo, uma leitura sobre a chamada *Pax* Suévica no Ocidente Peninsular, condicionante de caminhos novos abertos às gerações que se lhes seguiram.

São raros os textos sobre os Suevos, um povo germânico que, na sua existência, abarcou várias etnias e acabou por se diluir na História sem, todavia, deixar de a marcar profundamente. Um grande dinamismo caracterizou este povo que, na grande ânsia de viver situações novas, constantemente procurou outros espaços, outras experiências e outros mundos, condicionando, no território onde finalmente se radicou, na língua e na cultura, a formação de um país que se chamaria Portugal.

Já J. M. Santa Olalla, no Prólogo ao livro *História General del Reino Hispánico de los Suevos*, de W. Reinhart (1952, p. 9), sublinhava a falta de desenvolvimento dos estudos sobre os povos germânicos em Espanha, afirmando: *onde a situação é mais lamentável é precisamente no que se refere aos Suevos*. E, neste último ponto, não houve grande evolução no país vizinho, até porque lá a atenção esteve sempre mais voltada para os Visigodos e para o Reino de Toledo. Em Portugal, também continuam a escassear os estudos sobre os Suevos. Diluem-se entre as referências sucintas às invasões bárbaras do século V e os estudos sobre textos de São Martinho de Dume, escritos no século VI. Cremos ter procurado em vários estudos destacar a importância de um contexto político-militar suévico na parte ocidental da Península Ibérica durante quase dois séculos – dos princípios do século V aos finais do século VI – e será esse o conteúdo desta reflexão, que se dividirá, após uma introdução sobre as suas origens europeias, por duas fases: o tempo da guerra (século V) e o tempo da paz (século VI), ambos com marcas indeléveis no futuro, designadamente na génese

¹ Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

da identidade cultural portuguesa. O tempo da guerra, apesar das referências a alguns reis e chefes, aparece-nos mais centralizado no povo ou em grupos mais ou menos destacados. O tempo da paz – a chamada *Pax* Suévica – é protagonizada pelo chamado Apóstolo dos Suevos, São Martinho de Dume. Dos Suevos, como aliás dos Visigodos, são poucos os testemunhos arqueológicos. O que ressalta do seu tempo, materialmente, é sobretudo a arte romana tardia em continuidade, com grande destaque para a arte paleocristã. Ou seja, comportamentos artísticos típicos da Antiguidade Tardia, nos contextos romano, suévico e visigótico.

1 - ORIGENS DOS SUEVOS

As origens e a construção de uma identidade suévica são exteriores ao actual território português. A arqueologia e a antropologia situam os seus primórdios no norte da Europa e Escandinávia, começando a sua expansão para o centro do continente na Idade do Ferro (REINHART, 1952, p. 13).

A primeira referência escrita é-nos dada pelos meados do século I a. C. por Júlio César, quando nos diz que os Germanos se dispuseram contra o exército romano, em linha de batalha, por nações, de que individualiza os Harudes, os Marcomanos, os Tribocos, os Vangiões, os Nemetes, os Sedúsios e os Suevos (*De Bello Gallico*, 1, 51). Nos princípios do século I d. C., Estrabão distingue também dentre os Germanos aqueles que se chamavam Suevos e que, segundo ele, sobrepujavam todos os outros em poder e em número (*Geographia*, 3, 4). Quem nos fala deles mais em pormenor, nos finais do século I, princípios do século II, é Tácito. Diz-nos que no seu tempo os Suevos abarcavam várias nações, agrupando diferentes povos que se estendiam pela maior parte da Germânia. Segundo ele, usavam o cabelo atado com um nó (*Germania*, 38).

Se o primeiro contacto com eles se deve a Júlio César, Augusto e Tibério tentaram controlá-los, tarefa difícil, dada a sua grande belicosidade. Apenas no último quartel do século II as várias campanhas de Marco Aurélio conseguem a sua pacificação que, todavia, não impede contínuas escaramuças e negociações, sobretudo nos séculos III e IV. Nos finais deste, acabam por ocupar pacificamente a Nórica e a Panónia, nas regiões actuais da Áustria e da Hungria, sendo aí que contactam pela primeira vez com o Cristianismo. É na Panónia que os Suevos parecem tomar mais consciência de uma identidade própria, que os levará a caminhar para Ocidente e exigirem terras próprias dentro do Império Romano, seja porque foram impelidos por um dinamismo que caracterizou todos os povos germânicos, seja porque foram motivados pelo cônsul Flávio Estilício, um bárbaro de origem vandálica que chegou a *magister utriusque militiae* e a genro do imperador Teodósio (379-394) e que protegeu, enquanto jovens, os imperadores Arcádio (395-408) e Honório (395-423). Esta última hipótese, todavia, não parece lógica, mas foi a apresentada pelo contemporâneo Paulo Orósio, presbítero bracarense. Diz-nos ele que o conde Estilício, sonhando investir no poder o seu filho Euquério, instigou os Alanos, os Suevos e os Vândalos a pegarem em armas (*Aduersum Paganos*, 38), repetindo adiante que estes povos haviam sido chamados à guerra por Estilício (*Idem*, 40).

O que é certo é que Suevos, Alanos e Vândalos atravessam o Reno em 31 de Dezembro de 406 (WALTER, 1964, p. 53). Para entender este comportamento dos Suevos é preciso enquadrá-lo nos acontecimentos que caracterizam os princípios do século V. Com efeito, em 18 de Novembro de 401, Alarico, rei dos Visigodos, cerca a importante cidade de Aquileia, no norte do Adriático, obrigando a um reforço das muralhas de todas as cidades itálicas, designadamente de Roma. O Império estava nessa altura, e desde 395, a ser governado a duas velocidades: a Ocidente, por Honório. A Oriente, por Arcádio, ou seja, estava dividido. Em 06 de Abril de 402, Alarico tinha sido derrotado por Estilício em Polência, o que não impediu que este rei visigodo viesse a ocupar e saquear Roma em 410. Em 405 dera-se uma invasão da Itália pelos Ostrogodos. Em 406, Constantino III era eleito pelas tropas da Bretanha como Imperador, passando depois às Gálias. No fim deste ano, como já se referiu, dá-se a invasão destas pelos bárbaros, aproveitando o facto de o Reno se encontrar gelado. Em 407, Tréveros é ocupada pelos Francos Ripuários. Em 408, Estilício, que haveria de



Fig. 1 – *Solidus* suevo com a efigie do imperador Honório no anverso. Módulo de 22mm; peso de 4,18 g. Reproduzido de *Moedas e Medalhas de Portugal*. Numisma. Lisboa, 72 (Novembro de 2007), foto da badana.

ser assassinado neste ano, negocia com Alarico uma aliança contra a Gália de Constantino III. Todo o ano de 409 decorre com o cerco dos Visigodos a Roma e com contínuas negociações (WALTER, 1964, pp. 127-129). São Jerónimo dá conta destes anos em que, no seu dizer, nações inumeráveis e ferocíssimas ocuparam todas as Gálias, dos Alpes aos Pirinéus, vindos da Panónia (*Ad Ageruchiam*, 16).

A passagem dos Suevos, Alanos e Vândalos à Península Ibérica, depois de terem permanecido nas Gálias durante os anos de 407 a 409, dá-se em 29 de Setembro ou 13 de Outubro de 409. Este acontecimento esteve ligado à cisão de Constantino III com Ravena, onde se encontrava a sede legítima do Império do Ocidente. Este usurpador (406-412), não conseguindo encontrar apoios na Hispânia, envia aqui o seu filho Constante, o qual derrota as poucas tropas romanas fiéis a Ravena que defendiam as passagens dos Pirinéus. Quando regressa à Gália, deixa na Península o general Gerônimo à frente das tropas leais a Constantino III. Fosse porque esta divisão de poder na Hispânia tivesse sido considerada pelos Bárbaros como uma oportunidade para obterem novos e apetecíveis territórios (REINHART, 1952, p. 29), fosse porque Gerônimo pretendesse o seu apoio para estabelecer um imperador do seu gosto na Hispânia (MATTOSO, 1992, p. 302), cria-se uma situação nova e sem controle, apesar dos esforços de ordem e de paz desenvolvidos, seja pela população hispano-romana, seja pelo poder imperial do *Palatium* de Ravena.

2 - O TEMPO DA GUERRA - SÉCULO V

A fonte principal e quase única para entender a evolução dos Suevos na Península Ibérica, quase até aos finais do século V, é o *Chronicon* de Idácio, bispo de *Aquae Flaviae*, que viveu pessoalmente os acontecimentos, designadamente como embaixador dos galaico-romanos. Este escritor, lídimo representante das elites galaico-romanas, conheceu bem os últimos tempos da *Pax Romana* na Península e no Império. Com efeito, viajara ainda adolescente à Palestina e ao Egipto, no ano de 406, onde conheceu São Jerónimo (MACIEL, 1996, p. 274).

Depois de, praticamente, dois anos de caos por toda a Hispânia, em que, segundo Idácio, os Bárbaros roubaram e mataram sem piedade, à porfia com a peste e a fome generalizadas (TRANOY, 1974, p. 116), estes acabam por tirar à sorte as diferentes regiões, em 411, para aí se fixarem. Diz Idácio: *Os Vândalos ocupam a Galécia e os Suevos o território situado na extremidade ocidental, junto ao mar Oceano; os Alanos, as províncias da Lusitânia e da Cartaginense e os Vândalos, chamados Silingos, a Bética*. Entretanto, *os hispanos, que haviam sobrevivido nas cidades e nos recintos fortificados às pragas dos Bárbaros que dominavam as províncias, acabam por se submeter à escravidão* (TRANOY, 1974, p. 118).

2.1 - Um caminho individualizado (411-418)

A partir de 411, surge individualizada a acção dos Suevos na Hispânia, ocupando, de início, não uma província, como os demais povos bárbaros que com eles haviam atravessado os Pirinéus, mas a região situada a Ocidente, junto ao mar, como refere Idácio. Se bem que esta descrição não seja totalmente objectiva, teremos de aceitar a possibilidade de considerar toda a fachada costeira atlântica, desde a Corunha ao Cabo de São Vicente, pois é isso que parece implícito nas palavras de Idácio, acima transcritas. Se a Galécia ficou para os Vândalos e a Lusitânia para os Alanos, se se fala em costa ocidental teremos de a considerar toda. Aliás parece ser essa também a ideia que nos veiculará no século VII Santo Isidoro de Sevilha, quando nos diz que o rei Suintila, ao vencer definitivamente as tropas bizantinas no Sul e Sudoeste da Península, *foi o primeiro, na monarquia visigótica, a exercer o domínio de toda a Hispânia até às ondas do mar Oceano, o que ninguém antes conseguiu* (*Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Sueuorum*, 62 e MACIEL, 2000, p. 188). Deduz-se destas palavras que os Visigodos, chegados mais tarde à Península, só depois de 624

ocuparam toda a faixa costeira ocidental peninsular. Antes seria toda ocupada pelos Suevos e, após a derrota destes pelos Visigodos, em 585, pelos bizantinos na parte Sul. Esta ocupação bizantina é hoje aceite sem dúvidas no Algarve, mas poderia ter chegado a Lisboa e mesmo Santarém.

Os Suevos tornam impossível uma vida segura no Ocidente Peninsular. Quem pode, foge. É o caso dos presbíteros Paulo Orósio, que parte de barco para o Norte de África, de Avito e do monge Baquiário (MACIEL, 1980, p. 22-24). Em 413, os Visigodos entram em Narbona, chefiados por Ataúlfo (410-415), passando à parte oriental da Hispânia em 416. Idácio informa-nos de que o sucessor deste, Vália, no ano de 417, faz grandes massacres de bárbaros na Península e, em 418, extermina todos os Vândalos Silingos na Bética e a maioria dos Alanos na Lusitânia (TRANOY, 1974, p. 122). Os Visigodos regressam no mesmo ano à Aquitânia, deixando a Hispânia, praticamente, nas mãos dos Suevos e dos Vândalos Asdingos, chefiados, respectivamente, por Hermerico e por Guntarico.

2.2 – Os Suevos no reinado de Hermerico (418-438)

Em 419, os Suevos são cercados pelos Vândalos nos Montes Nerbasos. Só no ano seguinte o cerco é levantado porque o representante romano na Hispânia, o *comes* Astério, coadjuvado pelo *uicarius* Maurocelo, obrigou os Vândalos a retirarem e a refugiarem-se na Bética (*Idem*, p. 124). Daqui resultou que os Suevos ficassem, a partir de 420, únicos senhores da Galécia. Sucede-se um período de cerca de dez anos que terá sido pacífico entre Suevos e Galaico-romanos.

Em 429, porém, com o embarque dos Vândalos para o Norte de África, de novo os territórios peninsulares se tornam apetecíveis para os Suevos, agora únicos invasores e já com direitos adquiridos de ocupação. Com efeito, ainda os Vândalos, com suas famílias, não tinham terminado o seu embarque nas costas da Bética, já os Suevos devastavam a Lusitânia, comandados pelo chefe Heremigário, o qual chegou mesmo a profanar a basilica de Santa Eulália, em Mérida, então o centro de peregrinação mais célebre da Península Ibérica. Sabendo disso, o então rei dos Vândalos, Geiserico, interrompe os preparativos do seu embarque e, com grande número dos seus, parte para a Lusitânia, onde localiza os Suevos em ações de violência, perseguindo Heremigário que, na precipitação da fuga, morre afogado no Guadiana (*Idem*, p. 128). Após a sua vitória sobre um pequeno grupo de Suevos predadores, os Vândalos passaram então, definitivamente, o Estreito.

Como referimos já noutro texto (MACIEL, 2000, p. 185-186), esta passagem é importante para entender a ação dos Suevos na primeira metade do séc. V, a sua dinâmica expansividade após o desaparecimento ou emigração de outros bárbaros que com eles competiam e a sua futura consolidação como reino hispânico.

No ano seguinte, 430, agora dirigidos pelo rei Hermerico, os Suevos procuraram presas no interior da Galécia, onde os hispano-romanos se defendiam em *castela tutiora*, ou seja, em opidos bem fortificados. Os invasores acabam por aceitar a paz, entregando as famílias que haviam raptado (*Idem*, p.130). Passagem esta do bispo flaviense que mostra o tipo de relações existentes nesta primeira fase da ação dos Suevos no Ocidente Peninsular: conflito com a população romana e romanizada, utilização da violência e do rapto como meio de pressão e apresentação de soluções de paz não definitivas.

Com efeito, passando mais um ano, em 431, de novo rompem a paz com a população, os galaicos, como diz Idácio. As pilhagens dos invasores leva este bispo a chefiar uma embaixada às Gálias, onde o general ravenático Écio conduzia uma brilhante campanha contra os Visigodos e os Francos. Em 432, Écio envia como embaixador junto dos Suevos o conde Censório, que chega à Galécia acompanhado do bispo Idácio, o próprio narrador destes acontecimentos. Mas as diligências são inúteis. Em 433, *depois do regresso de Censório ao Palácio, Hermerico de novo ensaia a paz com os Galaicos que assiduamente roubava, depois de uma intervenção episcopal e após ter recebido reféns* (*Idem*, p. 132).

Era este o quotidiano da relação entre os Suevos e a população galaico-romana nos anos trinta do século V. Ainda neste ano de 433, o suevo Hermerico envia um embaixador, também bispo, chamado Sinfósio, a Ravena. Idácio diz que esta diligência foi inútil, deduzindo-se daqui que o autor da notícia se sentiu incomodado com a iniciativa sueva, talvez porque esta terá escolhido outro bispo, possivelmente mais da simpatia dos invasores. Testemunho de que a própria Igreja se encontrava dividida, havendo bispos mais próximos dos Suevos, como seria o caso de Sinfósio, e outros mais próximos dos hispano-romanos, como seria o caso de Idácio.

Passam-se, entretanto quatro anos. Em 437, de novo chega à Galécia o legado ravenático Censório, desta vez acompanhado de Fretimundo, para falar com os Suevos, numa altura em que o general do Império, Écio, matava nas Gálias vinte mil Burgúndios e oito mil Visigodos (*Idem*, p. 134). Talvez pressionados por estas notícias, os Suevos aceitam a paz no ano seguinte com parte da população galaico-romana que se lhes opunha.

2.3 – O governo de Réquila (438-448) e a ocupação da Lusitânia

Neste ano de 438, o rei suevo Hermerico, devido a doença – faleceria três anos depois – abdica no seu filho Réquila, que logo parte para a Bética, onde, nas margens do rio Genil, derrota o exército de Andevoto, certamente um general enviado pelo Império à Península. A paz havia sido feita na Galécia, mas não na Lusitânia e na Bética, marcando Réquila com esta sua acção uma nova etapa na relação dos Suevos com o resto da Península. Dois anos depois, o novo rei ocupa a cidade que, ao mesmo tempo, era capital da Lusitânia e da Hispânia, Mérida (*Idem*, p. 136). Aí o procurará, em 440, o já conhecido conde Censório, chefiando mais uma embaixada junto dos Suevos, agora em contexto novo, na própria capital das Hispânicas. Dominar esta capital significava ter ou aspirar a ter na mão todas as províncias peninsulares. Desta vez, o embaixador veio pelo Mediterrâneo, subindo o Guadiana até Mértola, regressando depois pelo mesmo caminho. É esse, aliás, o sentido do verbo *redeo*, utilizado por Idácio (MACIEL, 2000, p. 186). Foi durante este regresso de Mérida que o embaixador *foi cercado por Réquila, em Mértola, entregando-se pacificamente* (TRANOY, 1974, p. 136). Ficaria preso durante oito anos, até ser executado em Sevilha.

A tomada de Mérida e a ocupação de Mértola alargam para o centro sul da Península, tendo em conta o controle do porto mirtilense e da navegação do Anas (Guadiana), o protagonismo suévico no decorrer do século V, que já dominaria, como vimos, a faixa costeira ocidental até ao Algarve. Mais um ano e Réquila ocuparia também Sevilha (Hispalis), domínio que, com o controle da navegação do Bétis (Guadalquivir), lhes abria as portas para o Sul da Bética e para a Cartaginense (*Idem*, p.138). É neste ano de 441 que escravos fugitivos das *Villae* romanas, os bagaudas, são derrotados pelo general romano Astúrio, na Tarraconense (*Ibidem*). A desordem trazida pelos Suevos também se sente indirectamente nestas revoltas de salteadores.

Entretanto, no ano de 445, alguns Vândalos, vindos por mar da África, chegam até às costas da Galécia, raptando algumas famílias. No ano seguinte, 446, os Suevos atacam tropas imperiais e visigodas na Cartaginense e na Bética, vencendo-as e levando a destruição e o caos a estas províncias (*Idem*, p. 140).

Perante estas tragédias, permanecem as vivências dos quotidianos, designadamente os religiosos. Idácio dá conta de que, em 445, são descobertos em Astorga, a que chama cidade da Galécia, porque assim era considerada então, alguns maniqueus que aí se escondiam há alguns anos, os quais são ouvidos por ele próprio e pelo bispo Toríbio, que comunicam o caso ao bispo de Mérida, Antonino. Mérida era ainda, como vimos referindo, capital das Hispânicas e daí também a importância da sua sede episcopal, já então metropolitana. Em 447, Pervinco, diácono do bispo Toríbio de Astorga, percorre a Península a distribuir pelos bispos instruções do papa Leão sobre os priscilianistas, heresia que se desenvolvera após a execução na Gália do bispo Prisciliano, em 387. Segundo o autor do *Chronicon*, alguns galaicos simpatizavam com esta heterodoxia (*Ibidem*), que encontrara nas invasões suevas e consequente diluição do poder civil uma maior liberdade de acção.

2.4 – Reinado de Requiário (448-456) e o confronto com os Visigodos

Em 448, Réquila, rei dos Suevos, morre em Mérida. Sucede-lhe o filho Requiário que, ao contrário do pai, que era pagão, se havia convertido ao catolicismo, razão pela qual alguns parentes seus teriam posto reticências quanto à sucessão, pois a monarquia suévica não era necessariamente de carácter hereditário. Mesmo assim, também a primeira acção do novo rei, como acontecera com o seu pai, foi, no mesmo ano, partir para a pilhagem nas regiões ulteriores, ou seja, na Bética. Esta acção coincide com a morte por degolação do antigo embaixador Censório, em Sevilha, por Agiulfo, personagem misteriosa que, de origem suévica ou visigótica, se encontrava então ao serviço ou comprometido com os Suevos e que surgirá em 457, talvez motivado pelos visigodos, como pretendente ao trono daqueles.

O assassinio do representante do Império revestiu-se do carácter de uma verdadeira afronta e demonstra até que ponto os Suevos se encontravam seguros do seu poder e influência em toda a Hispânia. Poder que se reforçava no ano seguinte, 449, com o casamento de Requiário com uma filha de Teodorico I, rei visigodo com corte na Gália, facto que não impediu os Suevos de, entretanto, saquearem os territórios dos Vascões e as regiões de Saragoça e de Lérica (*Idem*, p. 142).

Em 452, apesar dos problemas do Império com os Hunos, houve lugar para mais uma embaixada junto dos Suevos. Os condes Mansueto e Frontão são os novos legados e conseguem alguma paz, mediante condições (*Idem*, p. 148). Passados dois anos, na sequência da execução do general Écio pelo imperador Valentiniano, este envia embaixadores aos diferentes povos bárbaros, entre os quais os Suevos. Neste caso, o embaixador chamava-se Justiniano. Mas estes continuam os seus propósitos: devastam a Cartaginense, que haviam devolvido ao Império e voltam a receber legados imperiais, desta vez reforçados por embaixadores Visigodos. Era a pressão máxima. Mas os Suevos, prometendo a paz, avançam para a Tarraconense, pró-romana. Última embaixada, desta vez só dos Visigodos.

Segue-se o esperado: em 455 dá-se a invasão visigoda, comandada por Teodorico II e legitimada pelo imperador Avito. Os Suevos são derrotados junto ao rio Orbigo, nos arredores de Astorga e dispersam-se. Daqui, os Visigodos dirigem-se à capital da Galécia, *Bracara Augusta*, na intenção clara de humilhar a cidade que representava o território onde se sediavam os Suevos. As palavras de Idácio são chocantes sobre o que aconteceu em Braga neste ano de 455: *Esta cidade, no terceiro dia das calendas de Novembro, domingo, é entregue a uma pilhagem que, sem ser cruenta, não é menos triste e lamentável. Numerosos romanos são feitos prisioneiros; as basílicas dos santos são forçadas, os altares voltados e partidos; as virgens consagradas a Deus são em seguida expulsas mas sem serem violadas; clérigos são desnudados até ao limite do pudor; toda a população dos dois sexos com os seus filhinhos é lançada dos lugares santos onde de havia refugiado; cavalos, rebanhos, camelos conspurcam o lugar consagrado: como por Jerusalém segundo a Escritura, se renovou em parte o castigo da cólera divina* (*Idem*, p.154).

Na sequência destes acontecimentos, os Suevos são perseguidos e derrotados. Requiário foge para Portucale, opido que voltaria a ser o último reduto de outros Suevos no futuro. Mas é ali preso em 456 e, no mês de Dezembro deste ano, executado às ordens de Teodorico II.

2.5 – Maldras (456-460) e o ressurgimento do reino suevo

O povo suevo parece aniquilado. O rei visigodo passa então à Lusitânia e ocupa por algum tempo a sua capital, Mérida. Para a Galécia, onde entretanto, dado o vazio de poder, surgem bandos de salteadores, parte Agiulfo, certamente enviado pelos Visigodos, esperando ocupar o trono suevo. Mas morre em Portucale, praça forte suévica, no ano seguinte, ou seja, em 457. Os Suevos sobreviventes, reagrupando-se, elegem Maldras por rei (*Idem*, p. 156).

A morte do imperador Avito, em 457, que legitimara a intervenção dos Visigodos, leva Teodorico II a regressar às Gálias. Com efeito, como recorda Idácio, Avito tinha sido, três anos antes, alçado ao Império pelos Gauleses e pelos Visigodos, e foi a ausência destes na campanha das Hispânicas que impediu qualquer ajuda a este imperador, levando-o à perda do Império e da própria vida (*Idem*, p. 158). No regresso às Gálias, parte do exército visigodo devasta a zona oriental da Galécia, em nome de Roma. Diz, mais uma vez, Idácio: *massacram uma multidão de homens e de mulheres que se encontravam em Astorga, forçam os santuários, pilham e destroem os altares, levam consigo os ornatos e os objectos de culto (Ibidem).*

Sem a presença visigoda, os Suevos sentem a possibilidade de renovação. Morto Agiulfo, ligado à influência visigoda, continuam as divisões. Opondo-se a Maldras, que chegara a rei em 456, uma outra facção elege Frantano em 457, que morre pouco meses depois. Segundo o *Chronicon*, Agiulfo morreu em Junho em *Portucale* e a morte de Frantano ocorreu entre as festas da Páscoa e do Pentecostes. Maldras, entretanto, com os seus seguidores, partira para a Lusitânia, onde cometeu ações violentas e, simulando intenções pacíficas, penetrou em Lisboa (*Idem*, p. 160). Ao mesmo tempo, sob a sua ordem, os Suevos saqueiam a região do Douro. Maldras unifica de novo os Suevos.

No ano seguinte, 458, nova actividade dos Visigodos na Península, desta vez na Bética, primeiro sob o comando de Cirila e, depois, já em 459, do conde Suerico. Envia embaixadores aos Suevos, assim como os Vândalos de África. Mas os Suevos continuam iguais a si próprios, violentos. Com efeito, enquanto Maldras pilha a Lusitânia, novo chefe suevo se destaca, Recimundo, que faz o mesmo na Galécia (*Idem*, p. 162).

Seguidamente, e ainda em 459, Maldras ocupa o *castrum* de Portucale. Consequentemente, e após um massacre de nobres galaico-romanos, agrava-se o relacionamento hostil entre Suevos e a população autóctone, que recebe mais uma vez embaixadas do Império e da corte visigoda, trazendo esperança de paz. A aliança dos Romanos com os Visigodos era promissora para esse escopo.

2.6 – Frumário e Recimundo (460-465) ou as dissensões internas

No fim do mês de Fevereiro de 460, o rei suevo Maldras é morto. Pouco depois, na Páscoa, novo massacre de galaico-romanos acontece, desta vez em Lugo. O *Conuentus Lucensis* e, em consequência, invadido por uma parte do exército visigodo que se deslocara das suas campanhas na Lusitânia. Todavia, os Suevos, seja comandados por Frumário, seja por Recimundo, acabam por dominar a situação político-militar da região lucense no verão deste mesmo ano de 460. Entretanto, Frumário captura o próprio bispo autor do único relato destes acontecimentos, Idácio, que se encontrava na sua igreja de *Aquae Flaviae*. Só em Novembro, depois de três meses de cativo, o bispo é libertado. Sucede-se um conflito entre Frumário e Recimundo, o que permite um certo alívio da tensão entre os Galaicos.

Ainda neste mesmo ano de 460, Teodorico II envia mais uma vez embaixadores aos Suevos, enquanto o seu general e *comes* Suerico, em campanha na Lusitânia, se apodera de Santarém (*Scallabis*), regressando à Gália no ano seguinte, sucedendo-se sempre e mais uma vez as embaixadas e as violências sobre a *infeliz Galécia*, segundo as palavras de Idácio (*Idem*, p. 168).

Passados quatro anos, em 465, morrem Frumário e Recimundo. O novo rei é Remismundo, talvez filho de Maldras, a aceitar a informação de Santo Isidoro de Sevilha (*Historia de Regibus...*, 33), que talvez tenha tido para a sua eleição o apoio de Teodorico II (TRANOY, II, 1974, p. 120). Com efeito, este envia ao novo rei armas, presentes e uma esposa (*Idem*, I, p. 170). Segundo Idácio, *Remismundo reúne todos os Suevos sob a sua autoridade e restaura a paz perdida (Ibidem).*

2.7 – Remismundo (465-470...) e o reino suevo vs. reino visigodo

Todavia, os Suevos mantêm o domínio e a pressão militar sobre o território, designadamente através do controle da via militar romana que de *Bracara Augusta* seguia para *Olisipo*. Neste ano de 465, e mais uma vez, trancrevendo as palavras de Idácio, *os Suevos, entrados dolosamente em Conímbriga, espoliam a nobre família de Cântabro e levam cativa a mãe com os filhos*. E uma vez senhor do forte opido conimbrigense, Remismundo envia também os seus embaixadores a Teodorico II, embaixadores que só regressam no ano seguinte e também a Conímbriga, como expressamente relata Idácio. Esta informação revela-nos que os Suevos se instalaram por tempo significativo em Conímbriga ou seu arredores, dispondo do domínio do opido, bem reforçado na sua defesa pela muralha dos séculos III-IV, garantindo assim a detenção de uma praça forte face à ameaça visigoda (MACIEL, 1996, p. 60-61)².

É em 466 que Ajax, sob a protecção de Remismundo, espalha o arianismo entre os Suevos. Dadas as informações do bispo de Chaves, é bem possível que tal se tenha iniciado em ou a partir de Conímbriga que, como vimos reflectindo, foi a capital do reino suevo nestes anos de 465 e 466.

Entretanto, e logo em 467, Teodorico II é assassinado por seu irmão Eurico. Continua a fatídica troca de embaixadas. Remismundo deixa Conímbriga entregue aos seus naturais e continua as pilhagens na Lusitânia. Mas em 468 volta lá, devastando-a. É o que diz o autor do *Chronicon: Conímbriga, surpreendida em paz, é saqueada, as casas são destruídas com uma parte das muralhas, os habitantes capturados e dispersos, a região e a cidade desoladas* (TRANOY, I, 1974, p. 174). Era o atingir do clímax da oposição entre Suevos e a população romanizada, situação que provocou, no ano seguinte, 469, e fracassadas as negociações com a corte de Tolosa, a ocupação de Mérida, capital da Lusitânia, pelos Visigodos, cidade que, daí em diante, não mais deixaria de lhes pertencer, mesmo quando a sede do reino visigodo passou daí para Toledo, já no século VI.

Neste ano de 469, Lisboa também é de novo ocupada. Informa Idácio: *Olisipo é ocupada pelos Suevos, entregue por Lusídio, um cidadão seu que a governava. Sabendo disto, os Visigodos que haviam chegado invadem a região e saqueiam os Suevos, o mesmo fazendo aos Romanos que se encontravam sob o seu domínio na Lusitânia* (Idem, p. 176).

O ano de 469 é o último referido por Idácio no seu *Chronicon*. Neste ano já não são apenas os Suevos a pilhar a Galécia e a Lusitânia. Este autor diz explicitamente que os Visigodos passam a fazer o mesmo. O rei suevo Remismundo envia Lusídio, que lhe entregara Lisboa, como embaixador seu à corte imperial. É a última notícia objectiva de Idácio. Tudo o que mais nos diz só revela um profundo pessimismo quanto ao futuro. Depois dele, não há mais fontes sobre os Suevos até aos meados do século VI. Só então, com a emergência de uma personagem chamada Martinho de Dume, a identidade suévica de novo se revela, finalmente procurando a paz e a maturidade.

3 – O TEMPO DA PAZ – SÉCULO VI

São Martinho de Dume viveu o século VI em pleno, se tivermos em conta que terá nascido entre 518 e 525, não existindo dúvidas quanto à data do seu falecimento em 20 de Março de 579. Tendo presentes as informações de textos

² Algo que neste contexto nunca foi referido, e que notámos aqui apenas hipoteticamente para reflexão futura, é o facto de existir no território de Conímbriga, alguns quilómetros para sul e perto da estrada romana, uma *Villa* da Antiguidade Tardia, no lugar de Moroços, freguesia do Rabaçal (Penela), que poderá relacionar-se com esta estadia dos Suevos no território conimbrigense em 465 e 466. A sua arquitectura e a sua decoração interior, a nível do baixo-relevo e do mosaico, lembra paralelismos com a Gália deste tempo, com a qual se sucediam as embaixadas, nomeadamente com a época do senador, bispo e escritor Sidónio Apolinário (c.430-c.480), cuja *acmé* como bispo do Auvergne, onde detinha também a sua *Villa*, se verifica por volta de 472, cerca de meia dúzia de anos depois destes protagonismos de Conímbriga e seu território.

históricos, a restante cronologia relacionada com esta personagem é a seguinte: Sagração episcopal: 5 de Abril de 556; Dedicção da Basílica de Dume: 558; I Concílio de Braga: 1 de Maio de 561; II Concílio de Braga: 1 de Junho de 572 (MACIEL, 1980, p. 18).

O século VI inicia-se no Ocidente com uma certa consolidação dos reinos bárbaros que, durante o século V, cindiram o império romano. Os invasores, dominando política e militarmente territórios em que se mantinha maioritariamente uma população romana, foram progressivamente adoptando o modo de vida, a língua, o direito e a cultura desta. O poder político romano foi, por sua vez, centrando-se progressivamente em Constantinopla, com imperadores como Anastácio I (491-518), Justino I (518-527), Justiniano (527-565), Justino II (565-578), Tibério I Constantino (578-582) e Maurício (582-602). Mas é o sucessor de Justino I que tem o reinado mais longo e mais marcante a todos os níveis, a ponto de o seu tempo ter ficado na História como o *Século de Justiniano*. Sem dúvida que o tempo de Martinho de Dume é o tempo deste imperador. A nível da Península Ibérica, também Justiniano assume protagonismo, se bem que nem sempre nos surjam claras as relações entre Suevos, Visigodos e Bizantinos (MACIEL, 2000, p. 185-194).

No século VI, o reino dos Suevos, com sede em *Bracara* ou nos seus arredores, só se revela com identificação dos seus reis a partir do momento em que Martinho Dumense entra em cena: Cararico, que reinou nos meados do século VI e que, segundo Gregório de Tours (*Patrologia Latina*, 71, 924), foi o primeiro rei suevo católico; Teodemiro (Teudemiro, Ariamiro ou Argemiro), filho do antecedente, governou até 570; sucede-lhe Miro (570-584), que apoia o católico Hermenegildo contra o seu pai ariano, rei dos Visigodos, Leovigildo. A Miro sucede o filho Eborico, mas o trono é usurpado por Audeca ou Andeca (584-585). Este último obriga Eborico a tornar-se monge mas, derrotado por Leovigildo, ele próprio é obrigado a receber ordens, como presbítero, sendo desterrado para *Pax Iulia*, segundo nos conta João de Biclara (*Patrologia Latina*, 72, 864-867).

Quanto aos reis visigodos, sempre em conflito com os Suevos, conhecemos o nome, praticamente, de todos. Para o enquadramento da acção martiniana, ressaltam os reinados de Ágila (549-554), o último rei visigodo a ter a sua corte na antiga capital da Lusitânia, *Emerita*. O seu governo foi contestado por Atanagildo (554-567), o qual, para vencer, pediu ajuda ao imperador Justiniano. As tropas bizantinas ocupam, assim, o Sul da Península Ibérica, a partir do ano de 551, recusando-se depois a deixar o território hispânico, sendo apenas expulsos em 624 (MACIEL, 2000, p. 191-192), ou seja, depois de setenta e quatro anos de permanência e interacções várias com os povos da Hispânia. Sendo católicos, influenciaram, sem dúvida, a conversão de Suevos e de Visigodos. A Atanagildo, que mudou a sede do reino de Mérida para Toledo, sucederam Liúva (567-572) e Leovigildo (567-586), tendo-se destacado este último pela luta que moveu contra os Suevos, anexando o seu reino no ano de 585. A Leovigildo sucedeu Recáredo (586-601) que, imitando os reis suevos, se converteu do arianismo ao catolicismo, oficialmente, no III Concílio de Toledo (589) e com ele todo o povo visigodo, conseguindo-se assim uma situação única de paz e harmonia entre hispano-romanos e invasores germânicos, como já havia acontecido com os Suevos e Galaico-romanos, numa unidade político-religiosa que caracterizará a Hispânia dos finais do século VI e do século VII.

Acompanhando atenta e activamente todas estas transformações estava, sem dúvida, a Igreja Romana, o novo poder progressivamente instaurado com a pulverização do Estado imperial. A pacificação progressiva que se verifica na transição do século V para o VI foi aproveitada pela Igreja para revitalizar o seu protagonismo, reorganizando a sua administração, reconstruindo o parque arquitectónico litúrgico urbano e rural, dinamizando também a relação da ortodoxia com a heterodoxia, tendo em vista a unificação e a paz religiosas. Tal é visível na acção que caracterizou os vários pontificados ao longo do século VI (JAFFÉ, 1885, p. 96-220): o Papa Símaco (498-514) preocupou-se com a gestão dos bens eclesiásticos; Hormisdas (514-523) lutou pela unidade das Igrejas do Oriente e do Ocidente; no seu tempo reúnem-se na Península Ibérica os Concílios de Tarragona (516) e de Gerona (517) e, por altura deste último Concílio, o Papa nomeia o bispo João de Tarragona seu vigário para a Hispânia do Norte; em 521, o bispo Salústio de Sevilha recebe igual nomeação para a Bética e para a Lusitânia. Segue-se o pontificado de João I (523-526) que, preocupado com a ortodoxia, é vítima das lutas entre católicos e arianos; Félix IV (526-530) consegue do poder temporal o

reconhecimento da imunidade do poder pontifício; em 527 reúne o II Concílio de Toledo e, no mesmo ano, Justiniano ascende ao trono. No tempo de Bonifácio II (530-532), São Bento inicia no Monte Cassino um caminho novo para o monacato ocidental, introduzindo nele uma vertente cultural. João II (532-535) assiste ao desenvolvimento da política justiniânica: início da construção da Basílica de Santa Sofia, em Constantinopla; recuperação da África vandálica e preparação da expulsão dos ostrogodos de Itália. Agapito I (535-536) assiste à ocupação da Península Itálica pelos bizantinos. Segue-se o Papa Silvério (536-537), vítima desta ocupação: é deposto por Belisário e assassinado. Idênticas dificuldades são sentidas pelo seu sucessor, Vigílio (537-555), chamado a Constantinopla por Justiniano; antes, porém, de sair de Roma, de onde está ausente deste 544 até à sua morte, na Sicília, em 555, este papa responde, em 29 de Junho de 538, a uma carta que o bispo de *Bracara*, chamado Profuturo, escrevera ainda ao seu antecessor, solicitando conselhos sobre o modo de agir perante questões que se punham com acuidade na região bracarense nessa altura: dos priscilianistas que se abstinham do consumo de carnes; da tríplice imersão baptismal; dos que eram batizados segunda vez pelos arianos; da *fabrica* das igrejas destruídas ou restauradas; da celebração da Páscoa e da Eucaristia (BARLOW, 1950, p. 290-294). No tempo de Vigílio, São Bento escreve a sua Regra (540), constrói-se a igreja de San Vitale, em Ravena (546), reúne-se o I Concílio de Barcelona (540) e o II Concílio Ecuménico de Constantinopla (553), Martinho de Dume chega à Galécia (c. 550) e as tropas bizantinas desembarcam na Península Ibérica (551). A Vigílio sucede Pelágio I (555-568), que consegue algum diálogo com Justiniano. Durante o pontificado de João III (560-573), a Igreja Romana sofre com a invasão dos Lombardos. Bento I (574-578) dinamiza a resistência aos problemas trazidos por estes Bárbaros. Pelágio II (578-590) destaca-se pela acção social da Igreja; no seu tempo morre Cassiodoro (580), um dos principais responsáveis pelas continuidades culturais no seu tempo. O século termina com a acção única, a vários níveis, designadamente no do comprometimento da Igreja nas questões sociais, do papa Gregório Magno (590-604), por sinal um beneditino, em cujo pontificado se inicia a evangelização dos Anglo-Saxões (597).

São estas as circunstâncias históricas, políticas, religiosas e culturais que nos ajudam a entender o enquadramento da acção, a todos os títulos notável, de São Martinho de Dume. Com ligação a povos bárbaros romanizados, chega à Galécia depois de uma formação em contextos itálicos, com uma estadia como peregrino no Oriente e provável passagem pela Gália, possivelmente no contexto de uma peregrinação ao túmulo de São Martinho de Tours. Por isso, a chamada *Pax Suevica*, em cuja vivência Martinho de Dume assumiu papel decisivo, unindo ideologicamente vencedores e vencidos, potenciou comportamentos futuros. Martinho de Dume era etnicamente conotado com os Suevos, porque considerado natural ou oriundo da Panónia, de onde vieram também estes. A sua pessoa foi considerada providencial, portanto, uma vez que era católico como os galaico-romanos e de origem próxima dos Suevos, sendo assim melhor aceite, seja por uns, seja por outros. Integrou-se numa categoria dinâmica de Homens Novos, de formação religiosa e clássica tradicional em ambientes monásticos, que procuraram humanizar, através da unidade religiosa proposta pela ortodoxia romana, as novas sociedades emergentes da interacção entre os novos reinos bárbaros e a sociedade tradicional romanizada.

3.1 – Origem, formação e obras de Martinho Dumiense

A trajectória de qualquer personagem ao longo da vida define-se e entende-se em grande parte pela sua origem e formação. Quando os registos históricos se perdem na voragem dos tempos, é sobretudo à obra feita, aos textos produzidos pelo próprio ou às referências de contemporâneos que vamos buscar informação e deduzir ou induzir relações.

O *floruit*, ou seja, o momento de apogeu de São Martinho de Dume, como refere algumas dezenas de anos após a sua morte, Isidoro de Sevilha (*De Viris Illustribus*, 22), foi no tempo em que reinaram, entre os Suevos, Teodomiro, entre os Visigodos, Atanagildo, e entre os Bizantinos, Justiniano.

Quanto às suas origens, é Gregório de Tours (*Historia Francorum*, V, 37) que nos dá mais informações, logo entre 580 e 584: era oriundo da Panónia, visitou os Lugares Santos e ninguém no seu tempo se instruiu tanto nas letras como ele. Depois, veio para a Galiza onde, quando se trouxeram as relíquias de São Martinho de Tours, foi ordenado bispo (*Nam hic Pannoniae ortus fuit, et exinde ad uisitanda loca sancta in Orientem properans, in tantum se litteris inbuit, ut nulli secundus suis temporibus haberetur. Exinde Gallitiam uenit, ubi, cum beati Martini reliquiae portarentur, episcopus ordinatur*). O Dumiense também fala das suas origens no Epitáfio (*Patrologia Latina*, 72, 52) que ele próprio compôs para o seu túmulo: *Oriundo de Panónios, através do mar vasto, por desígnios de Deus trazido ao regaço da Galiza (Pannoniis genitus, transcendens aequora uasta, Galliciae in Gremium diuinis nutibus actus)*. São estas as fontes essenciais para a chamada tese tradicional sobre as origens martinianas: São Martinho de Dume era originalmente da Panónia, estudou no Oriente e, de lá, veio para a Galécia. Defenderam-na E. Flórez (1759, p. 11-133), A. Caetano do Amaral (1803, p. 1-138), J. Pérez de Urbel (1945, p. 183-193), Claude Barlow (1950, p. 1-10), J. Madoz (1951, p. 219-242), A. de Jesus Costa (1950, p. 288-325) e J. Geraldês Freire, (1971, p. 12-13), enfim, toda a tradição eclesiástica.

Em 1963 surge uma nova proposta de leitura sobre estas origens. L. Ribeiro Soares (1963) estuda os textos martinianos e, seja pelos conteúdos, seja pela linguagem e por certas referências, conclui que Martinho Dumiense teve uma formação em ambientes itálicos. Mesmo em relação ao local de nascimento, Ribeiro Soares faz uma leitura *latu sensu* do significado das palavras *genitus* e *ortus*, lendo-as no sentido de expressarem origem étnica e relação com os antepassados, mais do que no sentido de nascimento, realidade que associa a contextualizações históricas, como o facto de, nos princípios do século VI, colonos romanos terem abandonado a Panónia devido a insegurança nas planícies húngaras, refugiando-se no Norte de Itália. Martinho poderá ter nascido já na Itália, no seio de uma família vinda daquela região (SOARES, 1963, p. 105). Em 1980 aderimos a esta interpretação (MACIEL, 1980, p. 10-16), e o aprofundamento que temos vindo a fazer sobre as questões martinianas, designadamente no campo da História da Arte (MACIEL, 1996, p. 65-86), leva-nos a continuar a privilegiar esta leitura.

Mas as duas posições não são necessariamente contraditórias. Já J. Geraldês Freire (1971, p. 12) o afirmou. E A. Montes Moreira (1972, p. 453-454) também mantém esta abertura, ao lembrar a necessidade de se fundamentar melhor a nova tese, sublinhando que ela contribuiu para renovar a panorâmica dos estudos martinianos.

Pensamos que a actividade de Martinho Dumiense revelou uma formação itálica, no contexto da *renouatio* ostrogoda, posteriormente e em continuidade reforçada pelo domínio bizantino da Itália, onde surgem como actores de referência Cassiodoro, Bento de Núrsia, Venâncio Fortunato, etc. Nesse sentido, convergem as informações dos textos martinianos e o conhecimento mútuo entre Martinho e o seu correspondente véneto Venâncio Fortunato que, mais tarde como bispo de Poitiers, nos dá conta da ligação do Dumiense à corte merovíngia (MACIEL, 1980, p. 9-16).

Os percursos martinianos surgem progressivamente mais claros. Numa visão tradicional, seriam Panónia – Oriente – Galécia. Numa nova leitura, seriam Panónia (no sentido de ser oriundo de lá) – Itália – Oriente – Itália – Gália – Galécia. A continuação do aprofundamento da reflexão sobre os caminhos de Martinho de Dume faz adensar a hipótese de ter passado também por Tours, como o fez o seu discípulo Fortunato, hipótese que traz luz sobre o relacionamento da corte merovíngia com a corte suévica, potenciando a conversão desta, do arianismo ao catolicismo, no contexto dinâmico do culto e das peregrinações ao Santo Taumaturgo de Tours. Martinho surge como homem providencial nesta conversão. O maravilhoso ressalta de toda a história registada nos textos contemporâneos, designadamente no modo como é narrada a chegada do novo Martinho à Galécia, exactamente no mesmo local e no mesmo tempo em que também chegam as relíquias do santo turonense (MACIEL, 1996, p. 82-86). Ressalta que o Dumiense não podia entrar como um *deus ex machina*, miraculosamente, no ponto alto deste processo, mas no seu início ou na sua fase preparatória. Assim, é legítimo pensar que o percurso martiniano englobou a Gália e a corte merovíngia. A referência concreta de Fortunato, numa carta ao Dumiense (*Patrologia Latina*, 88, 181-183), de que as rainhas Inês e Radegundes se recomendavam às suas orações é um indício claro a ter em conta.

Colocar-se-á, naturalmente, a pergunta: veio Martinho para a Galécia por iniciativa própria, ou motivado pela Sé Romana (SOARES, 1963, p. 268), por Bizâncio (MARQUES, 1974, p. 41), pela corte merovíngia ou pela própria corte suévica? Seria longa a equação das respostas, até porque o sistema de transformações operado no reino suévico no século VI interagiu claramente com todas estas forças político-religiosas, como se pode verificar do enquadramento histórico que fizemos atrás. No tempo da chegada de São Martinho à zona de Braga, o Papa Vigílio há longos anos que peregrinava pelo Oriente, impedido por Justiniano de regressar a Roma (JAFFÉ, 1885, p. 118). Mas o seu pontificado é fecundo também em Itália e nada impedia o Papa de se preocupar também com o que se passava no Ocidente hispânico, como o demonstra o seu cuidado em escrever ao bispo Profuturo de Braga, como também já registámos. Pensamos que teria havido uma convergência de esforços no sentido de se conseguir a paz entre Suevos e Galaico-romanos através da conversão dos primeiros ao catolicismo, no contexto do esforço da Igreja em conseguir a unidade religiosa como caminho privilegiado para a harmonia civilizacional com os novos reinos bárbaros, entrando aqui, a nível religioso e mesmo político, o referente tradicional ortodoxo bizantino e o novo modelo merovíngio. Quanto ao modo como Martinho de Dume entrou neste processo, tal continua a ser para nós de uma grande opacidade. Temos apenas a certeza de que ele nos surge como actante fundamental no sistema de transformações verificado com a conversão dos Suevos ao Catolicismo.

3.2 – A acção martiniana no contexto suévico

Como dissemos, o que sabemos dos Suevos e do seu Estado no século VI tem uma conexão indubitável com Martinho de Dume. Antes de este entrar em acção na Galécia, a única notícia que possuímos neste século para a zona bracarense é a já referida carta do Papa Vigílio respondendo ao bispo *Profuturus*, de Braga, sobre questões litúrgicas e pastorais, bem como sobre a reconsagração das igrejas.

Só com a acção martiniana conhecemos os últimos reis suevos, a sua conversão do arianismo ao catolicismo e os efeitos correspondentes. O actante principal deste sistema de transformações é Martinho de Dume, porque ele surge no clímax do processo. Todavia, há um segundo actante na diegese narrativa coeva dos acontecimentos, ideologicamente o que gere o sistema transformativo: São Martinho de Tours. Esta realidade está presente na contínua transferência de protagonismo por parte do Dumiense para o Turonense. Nos versos *In Basilica (Patrologia Latina, 72, 51)* afirma que foram os milagres do Santo Taumaturgo que converteram os Suevos e os levaram a construir uma Basílica a ele dedicada, elegendo-o como patrono; e no seu Epitáfio (*Patrologia Latina, 72, 52*), destaca o facto de usar o mesmo nome, Martinho, mas sem o mesmo mérito (*eodem nomine, non merito*). De facto, quem operou o milagre da conversão dos Suevos foi São Martinho de Tours. O milagre da cura do filho é que converteu o rei Cararico, o qual, de acordo com a regra já então verificada – *cuius regio, eius religio* – associou o seu povo à nova fé.

Sigamos o relato de Gregório de Tours: o príncipe herdeiro do rei suevo Cararico padecia de lepra. Ouvindo falar dos milagres que se operavam junto do túmulo de Martinho Turonense, o rei enviou os seus embaixadores à Gália, com presentes para o Santo Confessor e o pedido de uma cura. Quando voltaram, o filho do rei continuava leproso. Alguém sugeriu então que, sendo São Martinho de Tours católico, talvez o rei, que era ariano, tivesse mais hipóteses de ser ouvido no caso de se converter ao catolicismo. Cararico dispõe-se então a tal, mas o seu prático sentido germânico leva-o a oferecer previamente um penhor da sua promessa de conversão: uma basílica pronta a receber as relíquias do Santo, edifício que lhe seria consagrado após a cura do filho. Os embaixadores suevos de novo partem do *Portus Galliciae* – pensamos nós tratar-se de *Portucale* (MACIEL, 2005b, p. 13) – e rumando para a Gália, sobem o Loire até Tours, onde obtêm o desejado dom da cura. Regressam com relíquias para a consagração da primeira igreja dedicada a São Martinho na Península Ibérica – *prima apud Hispanos in honore sancti Martini*, dirá mais tarde

Aimonius (*Patrologia Latina*, 139-719). Com efeito, generaliza-se então o costume de só se poder consagrar uma igreja com a *depositio* de relíquias dos santos.

As palavras textuais de Gregório de Tours são aqui clarificadoras para entendermos a entrada do novo Martinho neste processo que tem como fulcro o *factum magnificum* da cura do filho do rei (MACIEL, 1991, p. 3-8):

...E assim, dando graças, com próspera navegação, com a protecção e acompanhamento do Santo Patrono, suaves ondas, temperados ventos, vela pendente e mar tranquilo, velozmente chegaram ao porto da Galícia. Então, inspirado por Deus, um certo homem, de nome Martinho, chegou de região longínqua, onde tinha sido ordenado sacerdote. Mas creio que foi a Divina Providência, porque no dia em que se pusera em movimento da sua pátria, eram levantadas do seu lugar as santas relíquias e entrava no porto da Galícia ao mesmo tempo que aqueles penhores. Estes, recebidos com a maior veneração, confirmam a fé com milagres. Então, o filho do rei, livre de todo o sofrimento, corre curado ao seu encontro. O bem-aventurado Martinho recebe então a plenitude da graça sacerdotal, o rei confessa a unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo e é ungido com toda a sua casa. A imundície da lepra é afastada do povo e todos os doentes são curados e nunca mais aí, desde então até hoje, a doença da lepra apareceu a mais alguém. E tal graça o Senhor aí concedeu com a chegada dos penhores do Santo Patrono, que seria longo enarrar as que aí nesse dia se operaram (*Patrologia Latina*, 71, 925).

O tempo diegético é aqui diferente do tempo real. Num mesmo dia, como pudemos ler, deu-se a cura do filho do rei, a conversão deste e a sagração episcopal de Martinho de Dume. E poderíamos ainda acrescentar ao mesmo tempo diegético a consagração da Basílica de São Martinho de Tours em Dume. Com efeito, no seu Epitáfio, já citado, também o Dumiense diz que nessa igreja foi consagrado solenemente bispo – *Confessor, Martine, tua hac dicatus in aula antistes...* (*Patrologia Latina*, 72, 52). A história dos acontecimentos foi, sem dúvida, bem mais espaçada no tempo e o papel desempenhado pelo novo Martinho foi bem maior do que o texto deixa transparecer.

A narrativa de Gregório de Tours é a de uma visão exterior que tudo interpreta à luz da intervenção da Providência, mas não deixa de se basear em algo que, efectivamente, aconteceu. Não entraremos em pormenores da acção pastoral de Martinho de Dume, porque seria longo o excuro e o tema é neste livro tratado por outros autores. Mas não resistimos a apresentar aqui uma leitura por nós já feita noutra contexto (1996, 83-84), a partir dos textos coevos que vimos citando:

1. Há uma situação de doença na cúpula do reino suevo que é posta em paralelo com o arianismo (situação A).
2. Há um estado de saúde que se almeja, estado que é progressivamente posto em paralelo com outra ideologia, o catolicismo (situação B).
3. Este objectivo leva a uma primeira deslocação espacial a Tours, que não resulta por se manter a situação A.
4. Como penhor da sua vontade de mudar de ideologia e no contexto da mentalidade germânica – *do ut des* – o rei suevo constrói uma basílica – *fabricavit ecclesiam*. Este penhor aguarda, para a sua consagração, os *pignora*, ou seja, as relíquias do Santo Taumaturgo, sem as quais aquela basílica não seria totalmente significativa da nova ideologia em perspectiva.
5. Segunda deslocação espacial a Tours, agora com a obtenção de *signa* que garantem o beneplácito do Taumaturgo. Os beneficiários não são já apenas os Suevos. Também os Turonenses beneficiam, neste contexto, da intervenção de *Domnus Martinus*.
6. A chegada das *reliquiae* de *Martinus* I ao Porto da Galícia coincide com a chegada, no mesmo espaço e no mesmo tempo, de *Martinus* II.
7. Cumprimento em plenitude das expectativas dos suevos e dos galaico-romanos:
 - a) O filho do rei corre ao encontro do cortejo das relíquias completamente curado.
 - b) *Martinus* II recebe a plenitude do sacerdócio, sendo sagrado Bispo de Dume, residência régia.

- c) O rei homologa a sua conversão e é ungido com toda a família real.
- d) A lepra (arianismo) deixa de ser endémica na Galécia. A cura (catolicismo) é total no povo suevo.
- e) A basílica de São Martinho de Tours é consagrada em Dume.

Qual o lugar que em todo este sistema ocupa a Basílica de Dume? No desenrolar do processo, ela surge *in medio* e, ao mesmo tempo transforma-se em fiel da balança, garantia e penhor da nova ideologia, da qual se torna equivalente visual e sensível. Ao mesmo tempo, com a sua *dedicatio* ao Santo Confessor, constitui-se igualmente como testemunho material da sua protecção a toda a Galécia, agora unificada sob a mesma fé religiosa e pacificada em definitivo, com o fim das tensões entre Suevos e Galaico-romanos. Daí os versos a que já fizemos referência, da autoria de *Martinus II*, inscritos sobre a porta sul da basílica, como corolário de todos os acontecimentos:

- A) Pela primeira vez, um Bispo escreve um Tratado pedagógico para uma família real, a fim de que o rei e os seus possam *legere, intelligere et tenere* (campo político) (*Formula Honestae Vitae*, dedicada ao Rei Miro e à nobreza suévica – BARLOW, 1950, p. 236 ss.).
- B) Pela primeira vez, se verifica na Hispânia a unidade social e religiosa entre invasores e hispano-romanos, o que veio a influenciar decisivamente, alguns anos mais tarde, a conversão dos Visigodos e a unidade hispano-visigótica (campo socio-religioso).
- C) Pela primeira vez se efectua na Hispânia uma ampla reforma disciplinar e litúrgica com legislação directa sobre a vivência espacial das *ecclesiae* e *basilicae*, com consequências na evolução da sua arquitectura e condicionalismos na sua construção.
- D) Introdução de uma nova vida monástica, de forte influência itálica (*Dumiense monasterium uisus est construxisse* – VIVES, 1963, 322).
- E) Celebração de concílios, em que *Bracara* surge claramente como metrópole dinamizadora.
- F) Revitalização cultural do classicismo com vertentes cristãs, autêntica *praeeparatio* de futuras *restauraciones* e renascimento da cultura e da arte clássicas na Hispânia e na Europa.

3.3 – O *De Correctione Rusticorum*

A época de Martinho de Dume é um tempo de *Homines Noui*, de Homens Novos, como vimos sublinhando. De formação monástica na sua vertente itálica, revelam influência dos textos de Santo Agostinho, procurando dar sentido à História, apostando numa construção da Cidade de Deus, no rescaldo das invasões dos bárbaros. Estes, afinal, também podiam construir uma nova Cidade.

São várias as obras que nos deixou o Dumiense, em todas elas revelando uma formação clássica servindo de suporte ao seu discurso moral, pastoral e teológico.

Datarão de sua estadia em Dume:

Formula Honestae Vitae, também conhecida por *De differentiis quatuor Virtutum*, dedicada ao Rei Miro.

De Superbia.

De ira.

Pro Repellenda Jactantia.

Exhortatio Humilitatis.

Sententiae Patrum Aegyptiorum.

Poesias *In Refectorio*, *In Basilica* e *Epitaphium*.

Canônes do I Concílio de Braga, de 561.

Datarão do tempo em que foi Bispo de Braga:

De Pascha.

De Trina Mersione.

Capitula Martini.

De Correctione Rusticorum.

Cânones do II Concílio de Braga, de 572.

Além destas, há a referir outras consideradas hoje espúrias, e outras ainda que se perderam, mas de que nos chegaram referências históricas:

Volumen Epistolarum, citado por Isidoro de Sevilha.

Regulae fidei et sanctae religionis, igualmente segundo Isidoro.

Escritos Litúrgicos.

Cartas a Venâncio Fortunato, referidas por este Bispo.

Qualquer uma destas obras é importante e poderia ser aqui abordada como exemplo da fecunda influência de São Martinho no seu tempo. Queremos destacar a sua obra *De Correctione Rusticorum*, por várias razões: testemunhou um novo tipo de discurso por parte da igreja; revelou que em definitivo os habitantes do campo também estavam no centro das preocupações dos bispos; usou uma linguagem adequada a ouvintes e letrados; apostou na atribuição de sentido ao quotidiano tendo como referência essencial o dia mais importante da semana, o Domingo; iniciou uma nova tipologia penitencial voltada para uma resposta às questões morais do seu tempo; dinamizou a vivência dos Cristianismo com base no significado da iniciação baptismal; descreveu comportamentos culturais.

São aliás estes comportamentos culturais que estão na base da aplicação de um novo tipo de discurso que até não foi da iniciativa de Martinho, apesar de ele ter revelado capacidade e conhecimento para o produzir. Foi Polémio, bispo de Astorga (VIVES, 1963, p. 85), quem o sugeriu.

O início deste *Sermo* esclarece bem esta questão: *Martinho bispo, ao mui venerável senhor e amicíssimo irmão em Cristo, o bispo Polémio. Recebi a carta da tua santa caridade, na qual me pedes que te escreva sobre a instrução dos rústicos, os quais, ligados ainda às antigas superstições dos pagãos, prestam culto de veneração mais aos demónios de que a Deus, e bem assim sobre outras coisas acerca das origem dos ídolos e dos seus crimes* (MACIEL, 1989, p. 309).

À cristianização da cidade sucede a cristianização do campo. Ao *sermo urbanus* segue-se o *sermo rusticus*. O primeiro, dirigido a uma sociedade romana ou romanizada. O segundo, no caso vertente da Galécia, dirigido ao fundo étnico autóctone e de miscigenação indo-europeia, primeiro céltica, depois romana e a seguir bárbara, sobretudo suévica, embora minoritária. Uma sociedade rural dispersa, pagã no sentido estrito do termo – típica do habitante do *pagus*, aldeia (PAULO ORÓSIO, *Adversum paganos*, 1, Prolog.). Com efeito, as marcas célticas nas populações romanizadas do norte da Hispânia continuavam presentes na época suévica, aculturadas com o longo processo de romanização, entretanto sujeito, também ele, a novas interacções com o mundo bárbaro, ele próprio com raízes indo-europeias. A proximidade do norte da Hispânia com a Irlanda – região onde a cultura celta se manteve livre da civilização romana até ao advento da cristianização – permitiu manter dinâmicos na Galécia certos comportamentos culturais típicos da época pré-romana. Um dos bispos que assistiu ao II Concílio de Braga, em 572, foi *Mahilóc*, bispo de Britónia (VIVES, 1963, p. 85), testemunhando a existência de uma comunidade celtico-irlandesa na Galécia, dependente da metrópole bracarense.

O *De Correctione Rusticorum* recomenda aos rústicos um tipo de comportamento penitencial semelhante ao que vai ser aplicado no século VII pelos missionários irlandeses, com confissão auricular e penitência privada. Contrastando com a prática tradicional de penitência pública para os pecados graves, que o próprio Martinho mantém nos seus

Capitula e nos Cânones dos I e II Concílios de Braga, esta nova faceta da administração da penitência que se abre aos rústicos é ainda contestada pelo Concílio de Toledo de 589 (VOGEL, 1966, p. 28 e 53).

A sequência discursiva do *sermo* é a seguinte:

1. História bíblica do Antigo Testamento;
2. Ligação à mitologia celtico-romana: os deuses pagãos serão os anjos que Deus expulsou do Paraíso;
3. Descrição de crenças celtico-romanas;
4. História bíblica do Novo Testamento;
5. Escatologia;
6. Evocação do rito da iniciação cristã;
7. Contra-senso do regresso à antiga cultura pagã;
8. Novas atitudes existenciais: solidariedade social, vivência religioso-cultural do primeiro dia da semana e rendimento dos dons pessoais.

O fundo religioso-cultural autóctone, em interação sucessiva e contínua com as culturas céltica, romana e suévica, surge no *De Correctione Rusticorum* referido como *antiga superstição dos pagãos – pristina paganorum superstitione* (*De Corr. Rust.*, 1) – no contexto da *enorme floresta dos tempos e dos acontecimentos passados – ingentem praeteritorum temporum gestorumque siluam* (*ibidem*).

O texto refere sacrifícios nos altos montes e nos bosques frondosos (*id.*, 7), sacrifícios de animais e mesmo sacrifícios humanos (*id.*, 8), culto a deuses do panteão indo-europeu, como Júpiter, Marte, Saturno e Vénus (*ib.*), ligação destes a outros deuses – *daemonia* – aos rios (Lámias), às fontes (Ninfas) e às florestas (Dianas) (*ib.*), prática das Calendas, festas da abundância comemorando o solstício de Inverno, correspondentes ao *Samain* celta, às Dionísias gregas e às Saturnálias romanas (*id.*, 10,11 e 16), os costumes de acender velas em penedos, árvores, fontes e encruzilhadas (*id.*, 16), etc.

O *De Correctione Rusticorum* é dos poucos textos antigos a dar-nos informação sobre comportamentos culturais tradicionais do Ocidente peninsular, nomeadamente sobre a associação do sagrado às montanhas, às rochas e às florestas. A referência aos *sacrifícios nos altos montes e nos bosques frondosos*, em uso ainda na época martiniana, confirma a informação de Estrabão sobre sacrifícios de vários tipos de animais no Noroeste peninsular (LASSERRE, II, 1966, p. 57): *imolam a Ares (Marte) um bode, assim como prisioneiros e cavalos. Fazem também hecatombes por cada espécie, à moda dos Gregos, como diz Píndaro: sacrificar tudo às centenas* (trad. nossa do grego). O interessante é nós hoje ainda observarmos marcas arqueológicas destes ritos em tanques sacrificiais, inscrições e santuários rupestres, nomeadamente no Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro (MACIEL, 2006). O mesmo poderemos dizer sobre o culto das fontes e dos rochedos, documentado também por inscrições, sendo o melhor exemplo o da Fonte do Ídolo, em plena *Bracara*. Quanto à festa das Calendas, ainda hoje temos a sua continuação nas festas transmontananas dos Rapazes ou de Santo Estêvão (MACIEL, 2005c). Neste ponto, muito poderíamos escrever.

Por tudo isto, também São Martinho foi importante no seu tempo, pela sua capacidade de dar resposta a determinadas questões levantadas pelos comportamentos tradicionais dos habitantes da Galécia, especialmente nas zonas rurais. É no seu tempo, não nos esqueçamos, que as paróquias se estendem para o interior dos *pagi*. Ao constatar que aí certas tradições culturais se encontravam mais arraigadas, Martinho de Dume não nega a festa. Propõe ao rústico do seu tempo que substitua a festa pagã pela festa cristã:

1. Ao culto dos deuses pagãos (*De Corr. Rust.*, 8) contrapõe o culto do Deus cristão;
2. Aos sacrifícios pagãos contrapõe a frequência das igrejas (*id.*, 8 e 18);
3. Propõe a substituição da nomenclatura pagã dos dias da semana por uma nomenclatura cristã (*id.*, 8 e 9);

4. Propõe a substituição da festa do solstício de Inverno (Calendas) pela festa da Páscoa (equinócio da Primavera) (*id.*, 10);
5. Propõe a substituição dos sinais do culto pagão (*alia signa*) pelo sinal da cruz (*signum crucis*) (*id.*, 16);
6. Propõe substituição dos encantamentos pelo Símbolo dos Apóstolos (Credo, *sagrado encantamento*) (*ib.*);
7. Festejar os dias dos ídolos deverá ser substituído por festejar o Domingo e com referência a ele, todos os restantes dias da semana (*id.*, 18).

O *De Correctione Rusticorum* surge, assim, na nossa perspectiva, como o mais simples discurso de Martinho de Dume mas, ao mesmo tempo, como o mais importante, por ser acessível a todos os seus contemporâneos, seja na cidade, seja no campo. Integra-se num novo tipo de linguagem, revela uma diferente atitude perante os que se encontravam longe dos centros urbanos, propõe uma nova tipologia de diálogo entre o cristão de cultura citadina e o cristão de cultura rural, com base numa reflexão lógica a partir das premissas do rito de iniciação baptismal: se alguém escolheu uma nova cultura de referência cristã, é incoerente consigo próprio se volta a assumir comportamentos típicos de cultura pagã, que comprometeu abandonar.

Há testemunhos de que este tipo de discurso foi adoptado mais tarde na cristianização de outros povos da Europa, como revelam textos de Elígio de Noyon (*De Supremo Iudicio*), do século VII na Gália (*Monumenta Germaniae Historica*, IV, 1902, 705-706), de Pirmínio de Reichenau (*Scarapsus de singulis libris canonicis*), do século VIII na Baviera e na Rétia (LEHMANN, 1929, p. 45-51) e do anglo-saxão Aelfrico (*De falsis diis*), na passagem do século X para o século XI, texto este que foi também livremente, na mesma época, traduzido do latim para norueguês (CASPARI, 1883, CXV-CXXI).

Martinho de Dume marcou também indelevelmente, com a sua atenção aos *rustici*, o seu tempo.

4 – MARCAS PARA O FUTURO

4.1 – Monaquismo Martiniano

Mas se o primeiro bispo de Dume marcou claramente o tempo suévico, também marcou o desenvolvimento futuro do Ocidente Peninsular.

Não há dúvida de que o reino suevo viveu, com São Martinho de Dume, a sua época de ouro. Este chegou à Galécia, nas palavras de Gregório de Tours, como *um certo homem, de nome Martinho, inspirado por Deus, chegado de região longínqua, onde tinha sido ordenado sacerdote – Commonitus a Deo quidam, nomine Martinus, de regione longinqua, qui ibidem nunc sacerdos habetur, aduenit* (*Patrologia Latina*, 71, 925). Nenhum texto nos diz expressamente que era monge. Todavia, se era sacerdote e tudo nele revelava uma grande cultura e disponibilidade para servir em qualquer parte, naturalmente que, nos contextos religiosos do seu tempo, seria monge. Isidoro de Sevilha diz-nos que fundou mosteiros – *monasteria condidit* (*De Viris Illustribus*, 22) e vários outros documentos referem o Mosteiro de Dume. Fundou aqui um *scriptorium*, o que revela a vertente itálica do monaquismo que instaurou, reformando também a vida monástica que desde o século IV já existia na zona de Braga. Mandou mesmo traduzir os *Apophthegmata Patrum* orientais, pelo seu discípulo Pascásio de Dume (FREIRE, 1971). Preparou o caminho para São Frutuoso, que viria a ser um dos seus sucessores à frente do Mosteiro e da própria Sé bracarense, preparando também o desenvolvimento futuro do monaquismo beneditino nas novas versões que tanto marcariam a nossa Idade Média. Pena que os problemas levantados com a invasão islâmica e posterior reconquista nos impeçam hoje de ver claramente, em termos materiais, construtivos e ornamentais, as continuidades martinianas e frutuosianas no nosso monaquismo medieval.

Todavia, a ligação aos tempos de Martinho e de Frutuoso nunca foi esquecida pelos monges medievais do território português e muito há ainda a descobrir, designadamente com recurso à arqueologia, sobretudo nos mosteiros rurais de implantação mais antiga que, juntamente com a disseminação de paróquias, contribuíram para uma sábia gestão do território, para a transmissão de técnicas de construção, de tipologias arquitectónicas e de saberes decorativos que vinham da Antiguidade (MACIEL, 1998a, p. 19-29).

4.2 – Introdução da igreja cruciforme no período suévico

Martinho de Dume, luminar do seu tempo, trouxe para Braga, juntamente com o amor pela cultura, o interesse pela arte. Poucos testemunhos materiais temos hoje, infelizmente, para observar neste campo. Mas há, no domínio da arquitectura religiosa, referências importantíssimas para o entendimento, mesmo *in absentia* de vestígios monumentais, das novidades deste tempo. A introdução na Península Ibérica e na zona bracarense da planta cruciforme nas igrejas, que tanto caracterizará depois a arquitectura religiosa medieval é hoje, para a história de arte, a grande marca artística deste período.

Temos defendido que a Basílica de Dume, descrita genericamente, em primeira mão, por Gregório de Tours (*Patrologia Latina*, 71, 994) e conhecida hoje arqueologicamente (FONTES, 1991-92, p. 199-230 e 1992, p. 217-248), é a mais antiga conhecida até hoje na Península Ibérica com planta cruciforme, parecendo coincidir com o facto de ser a mais antiga consagrada entre nós a São Martinho de Tours (AIMÓNIO, *Patrologia Latina*, 139, 719) e com o significado que teve entre os suevos esta consagração, assunto que já abordámos atrás. Está por aprofundar um estudo sobre a adopção desta nova tipologia de planta em outras igrejas na área de influência de Braga na época suévica, designadamente naquelas que foram consagradas ao Santo Taumaturgo, dado que o território correspondente ao domínio suévico é aquele que ainda hoje acusa um maior número de igrejas paroquiais que têm como orago este santo (DAVID, 1947, p. 233). Será no contexto visigótico que a igreja cruciforme atingirá a máxima implantação, patenteando-se quase como um símbolo arquitectónico de uma sociedade progressivamente cristianizada.

Na nossa perspectiva (MACIEL, 1998b, p. 749), a introdução da planta cruciforme na região de Braga ficou-se devendo ao culto a São Martinho de Tours, marcando o desenvolvimento futuro das plantas das igrejas, em relação íntima com o culto da relíquias. Este culto havia tido já um grande desenvolvimento em Braga nos princípios do século V, com a chegada das relíquias do Protomártir Santo Estêvão (MACIEL, 1996, p. 55), recebendo agora um novo dinamismo com a chegada das de São Martinho. Por outro lado, se neste tempo houve vários tipos de linguagem para a cristianização da sociedade hispano-sueva – vejam-se os textos de Martinho para os reis e nobres suevos, contrastando com os escritos para os rústicos – também se regista outro tipo de linguagem: o da arquitectura. Pela arte e pelos edifícios religiosos também se evangelizava. E neste ponto, os Concílios de Braga, ao legislarem sobre o parque religioso construído e a construir, foram disso claro exemplo.

4.3 – Os topoi *Bracara – Dumio – Portucale*

Bracara, Dumio e Portucale são *topoi* de referência da identidade suévica.

Bracara continuou com os suevos a desempenhar papel relevante no contexto hispânico, em continuidade com o que os romanos já haviam atribuído a esta capital de *Ciuitas*. Nos finais do século IV e princípios dos séculos V, tornou-se igualmente num grande centro religioso e cultural cristão, de onde saíram figuras como Paulo Orósio e, na sua zona de influência, Idácio de Chaves (MACIEL, 1996, p. 54-57). Este protagonismo da capital dos Brácaros é incrementado mais ainda nos meados do século VI por São Martinho, primeiro a partir do seu mosteiro e da sua diocese de Dume,

depois a partir da sede metropolitana bracarense. O antigo centro administrativo romano, primeiro como sede de *Conuentus*, e depois como sede de *Prouincia*, passa agora a sede do novo poder eclesiástico metropolitano, convocando concílios e centralizando as dioceses sufragâneas que, por sua vez, gerem o seu território através de paróquias, como o bem documenta o *Parochiale Sueuorum* (DAVID, 1947, p. 30-40).

A diocese de Dume correspondia apenas a uma paróquia, *familia seruorum* (ou *Sueuorum*?) (MACIEL, 1996, p. 82). Com o território de uma antiga vila romana suburbana, correspondia ao espaço de gestão económica de um *monasterium*, cujos abades, seguindo o exemplo de São Martinho, tanto serviriam a igreja bracarense. *Domus regia* ou *Palatium* suévico e mosteiro, por aqui passou todo o sistema de transformações que gerou a *Pax Sueuica*, esta última testemunhada até pela cunhagem monetária (MACIEL, 1996, p. 84, n. 659).

Entre as outras novas dioceses suélicas que conhecemos, destaca-se a de *Portucale*, sediada em *Portucale Castrum Nouum* (Porto), centro regional sem dúvida desenvolvido a partir do interface portuário, fluvial e marítimo, com a grande via romana do eixo *Bracara – Olisipo*. Mas a divisória entre a Galécia e a Lusitânia romanas manteve-se na separação entre as dioceses suélicas de *Bracara* (Galécia) e as de *Lamecum*, *Viseo*, *Conimbriga* e *Egitanea* (Lusitânia). Por isso, a *parochia* de *Portucale Castrum Antiquum* (Gaia), a sul do Douro, ficou pertencente à diocese de Conímbriga, como que fazendo a ligação entre a Galécia e a parte norte da Lusitânia, agora unidas sob o domínio suévico (OLIVEIRA, 1950, p. 44). Aliás, foi *Portucale Castrum Antiquum* o último reduto dos Suevos, mais de uma vez ao longo da sua história no Noroeste hispânico (MACIEL, 2005b, p. 10).

A partir destas correlações, não deixa de se tornar claro que a acção martiniana também está aqui presente pois, ao centrar em Braga a administração eclesiástica que ia da Galiza até ao Tejo, embora aí se reconheça o último desenho do espaço ocupado pelos Suevos, acabará por ser a gestão eclesiástica – concílios, dioceses e paróquias – que lhe dará finalmente unidade.

O último reduto dos Suevos, *Portucale*, lugar que os visigodos respeitarão no futuro como *locus* de uma identidade suélica absorvida pelo reino de Toledo (MACIEL, 2005b, p. 10) manteve-se como referente histórico e toponímico na designação do futuro Condado Portucalense e do nome do futuro Portugal. Mas as razões desta individualização estão, de facto, numa dinamização da Paz Suélica, num território que uniu a Galécia e a Lusitânia até então separadas, com a marca religiosa e cultural de São Martinho de Dume.

4.4 – Os dias da semana

Uma marca deixada pelo Dumense, desta vez na língua portuguesa, testemunha como foi fecundo o seu labor e o eco que encontrou na sociedade do seu tempo, em contexto suévico. O português é, de entre as línguas latinas e germânicas, a única que refere os dias da semana como segunda-feira, terça-feira ... sexta-feira. Trata-se da tradução das designações litúrgicas *secunda feria*, *tertia feria* ... *sexta feria*, provenientes do facto de se considerar o Domingo (*Dies Dominicus*, Dia do Senhor) como momento fundamental da semana, dia em que Cristo ressuscitou e, para os judeus, primeiro dia da semana – para os cristãos, o oitavo dia, ultrapassando o sétimo dia ou sábado judaico. Se o Domingo é para o cristão festa, também os outros dias foram santificados por Cristo. Por isso, o segundo dia é uma segunda festa (*secunda feria*), o terceiro, uma terceira festa (*tertia feria*), etc. Foi esta a catequese que foram desenvolvendo vários Padres da Igreja nas suas *Homiliae*, explicando também que Deus, quando criou o mundo, chamou aos dias primeiro, segundo, terceiro ... e não do Sol, da Lua, de Marte ... É também este discurso de Martinho. Com a diferença de que ele conseguiu o que os outros Padres não lograram: passar esta nomenclatura para o vernáculo. O seu discurso calou bem na linguagem quotidiana, transmitida pelos seus ouvintes galaico-lusitano-suélicos aos seus descendentes galaico-portugueses e à língua portuguesa. Diz-nos ele:

Não crêem em todo o coração na fé de Cristo, antes levam a sua dúvida ao ponto de darem os nomes dos próprios demónios a cada um dos dias, dizendo dia de Marte, de Mercúrio, de Júpiter, de Vénus e de Saturno, os quais não fizeram nenhum dia (De Corr. Rust., n. 8) ... Deus omnipotente, quando fez o céu e a terra, criou também a luz que, pela distinção das obras de Deus se manifestou em sete dias. Porque, no primeiro, fez Deus a própria luz, que foi chamada dia. No segundo ... Efectivamente, a luz, que foi a primeira entre as obras de Deus, manifestada sete vezes pela distinção das mesmas obras, foi chamada semana. Que alienação não é, pois, que o homem, baptizado na fé de Cristo não honre o dia de Domingo, em que Cristo ressuscitou, e diga que guarda o dia de Júpiter, de Mercúrio, de Vénus e de Saturno, que não tem nenhum dia! (Ib.).

Percebemos assim, a razão pela qual, em português, dizemos segunda, terça, quarta, quinta e sexta feira e não, como outros povos europeus, dia da Lua, dia de Marte, de Mercúrio, de Júpiter (Jove) e de Vénus.

4.5 – *Alter Elysium*

Martinho de Dume, na sua humildade, revelando perfeita coerência com o que escreveu na sua *Exhortatio Humilitatis*, teve como ideal apenas servir uma boa causa: a construção da Paz Suévica com base num ideal cristão. Todavia, ele era um dos maiores luminares do seu tempo em termos culturais, como testemunha a frase já citada de Gregório de Tours (*Historia Francorum*, V, 37) e uma outra do seu contemporâneo e discípulo Venâncio Fortunato dizendo que nele a abundância das artes se juntava como que numa mansão (*Patrologia Latina*, 88, 180). O texto de Fortunato diz *diuersorium commune*, o que por um lado sublinha a convergência de muitos saberes e, por outro, a ideia de um abrigo para aqueles com quem contactou, e que procuravam o saber. Vemos isso, de um modo claro nos seus versos *In Basilica e In Refectorio*.

Se Martinho tivesse vivido no século IV, seria, sem dúvida, considerado digno do Paraíso como Homem das Musas, *mousikos aner* (MARROU, 1938, p. 188-194) pela sua dedicação à cultura. Por isso, agora numa perspectiva cristã, o mesmo Fortunato diz que o Dumense, qual novo Adão, vivia na zona de *Bracara* como num outro Paraíso – *alter Elysium* – plantado por Deus a Ocidente – *ad Occasum* – que o Senhor já não precisava de visitar pela brisa da tarde, pois ali estava o seu representante, Martinho (*Patrologia Latina*, 88, 179).

Alude-se já não ao *Paradeisos* clássico de gregos e romanos, mas ao Éden bíblico, que sublinha o oásis de paz e de renovação cultural em que surge como actante privilegiado o primeiro bispo de Dume. Mas esta visão cristianizada de um novo Éden no reino dos Suevos não surge desfasada da tradicional cultura classicizante da época, em que a parte ocidental da Península, nela incluído o Noroeste hispânico, se conotava, já desde os tempos da conquista da *Gallaecia* por Décimo Júnio Bruto, no século II a.C. , com o mito dos confins e do Paraíso. Tito Lívio, Lúcio Floro, Sílio Itálico e Plínio-o-Velho (MACIEL, 2005b, p. 10-11) dão conta dos problemas que o conquistador romano teve para persuadir as suas legiões a atravessarem o rio Lima. O grande afastamento da terra itálica, o avanço para norte em longas marchas e em terreno hostil, a beleza da paisagem galaica e o sortilégio do vale deste rio, levaram os soldados de Júnio Bruto a pensar que se encontravam no limiar do paraíso e o *Limia* seria o *Lethes*, o rio do esquecimento. Quem o cruzasse esqueceria a pátria, a família ... Esta história era contada pelos autores clássicos e era conhecida nos tempos martinianos como que sublinhando a ideia que a geografia antiga tinha da Galécia como o *limes*, a fronteira, a extremidade do mundo. No século IV, quando os versos de Ausónio referem a *Rica Braga – Bracara Diues* – sublinham a riqueza de uma cidade como centro administrativo de um Eldorado que tinha algo de mítico. Ainda no século IV, quando Etéria vai em peregrinação ao Oriente, é vista em Odessa como proveniente das terras do fim do mundo – *de extremis terris* (*Itinerarium*, 19, 5). E no século V, Idácio de Chaves, ao escrever o seu *Chronicon*, diz que o faz no extremo do mundo e da vida – *ut extremus plagae, ita extremus et uitae* (*Chronicon*, Pref., 1).

Nos tempos martinianos, portanto no apogeu do projecto suevo, estas ideias vêm ao de cima, sobretudo para quem, de longe, lança o olhar para esta região e associa a ideia de Paraíso ao *miraculum* da Paz Galaica³, facto social total que permanece na memória cultural local e da Hispânia em geral, como se pode comprovar pelos testemunhos históricos de Isidoro de Sevilha, Frutuoso de Braga, Bráulio de Saragoça e outros, fazendo adensar uma consciência identitária que emergirá dialecticamente perante a invasão islâmica.

Martinho de Dume teve a sua acção condicionada pela situação política, cultural, social e religiosa da sua época e marcou os tempos futuros mercê do dinamismo que soube imprimir à sociedade galaico-lusitano-suévica, onde, no nosso entender, se potenciou a génese de caminhos para uma identidade futura. Ficou, de modo evidente, a marca indelével, como escreveu Gregório de Tours, já citado, de *um certo Homem, de nome Martinho*, dinamizador da *Pax* suévica. Poderemos dizer que esta personagem se soube integrar activamente no projecto suevo e dar-lhe finalmente um sentido, se não mesmo suscitando uma consciência, já tardia, é certo, do valor real do povo dos Suevos, definidora de caminhos futuros que o tempo revelaria claramente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. C. (1803) – *Vida e Opúsculos de S. Martinho Bracarense*, Lisboa.
- BARLOW, C. W. (1950) – *Martini Episcopi Bracarensis Opera Omnia*, New Haven.
- CASPARI, C. P. (1883) – *Martin von Bracara's Schrift «De Correctione Rusticorum»*, Christiania.
- COSTA, A. de J. (1950) – S. Martinho de Dume – XIV Centenário da sua chegada à península, *Bracara Augusta* (Braga) 3, 288-325.
- DAVID, P. (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe siècle*, Coimbra.
- FLOREZ; E. (1759) – *España Sagrada*, XV, Madrid.
- FONTES, L. F. O. (1991-92) – Salvamento arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga, p. 199-230.
- FONTES, L. F. O. (1992) – O Norte de Portugal no período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo, *XXXIX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna, p. 217-248.
- FREIRE, J. G. (1971) – *A versão latina por Pascásio de Dume dos «Apothegmata Patrum»*, I, Coimbra.
- JAFFÈ, Ph. (1885) – *Regesta Pontificum Romanorum ab condita Ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII*, Lipsiae.
- LASSERRE, F. (1966) – *Strabon, Géographie*, Tome II (Livres III et IV), Paris, Les Belles-Lettres.
- LEHMANN, P. (1929) – Dicta Pirmini, *Studien und Mitteilungen zur Geschichte des Benediktineordens*, 47, p. 45-51.
- MACIEL, M. J. (1980) – *O De Correctione Rusticorum de São Martinho de Dume*, Sep. de *Bracara Augusta*, Braga.
- MACIEL, M. J. (1989) – *Da instrução dos rústicos*, Tradução do *De Correctione Rusticorum* de São Martinho de Dume, Sep. de *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, II.

³ MVNITA GALLICA PAX (Paz Galaica Fortalecida) é a legenda de um triente cunhado pela monarquia suévica, legenda essa que demonstra a consciência oficial do significado das transformações operadas sob a sua regência (MACIEL, 1996, p. 84, n. 659 e REINHART, 1952, p. 130 e 133, n.º 33).

- MACIEL, M. J. (1991) – *Arquitectura Paleocristã em Contexto Suévico, algumas reflexões*, Viana do Castelo.
- MACIEL, M. J. (1992) – *Vectores da Arte Paleocristã em Portugal nos Contextos Suévico e Visigótico*, Sep. de XXXIX *Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna.
- MACIEL, M. J. (1993) – *São Martinho de Dume e a cristianização do futuro território português: Fé, Cultura e Arquitectura*, Sep. de *Actas do Congresso Internacional de História – Missionaço Portuguesa e Encontro de Culturas*, Lisboa.
- MACIEL, M. J. (1995) . A Arte da Antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711), *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), I, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 102-149.
- MACIEL, M. J. (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa.
- MACIEL, M. J. (1998a) – *As Regulae Monachorum e a Arquitectura dos mosteiros na Antiguidade Tardia*, Porto.
- MACIEL, M. J. (1998b) – *Trois églises de plan cruciforme au Portugal et les trajets méditerranéens des VIe et VIIe siècles*, Sep. de *Acta XIII Congressus Internationalis Archaeologiae Christianae* (Split/Porec, 1994), Città del Vaticano – Split.
- MACIEL, M. J. (2000) – *Suevos, bizantinos e visigodos no sul da Bética e da Lusitânia:Arte, percursos e fronteiras*, Sep. de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 40 (1-2), Porto.
- MACIEL, M. J. (2002) – Do Paganismo ao Cristianismo: interações e continuidades nos comportamentos culturais e artísticos, *Psychologica*, 30, Coimbra, p. 241-249.
- MACIEL, M. J. (2004) – L'Art et l'expression de la Foi, *Pacien de Barcelone et l'Hispanie au IVe siècle*, Paris, Cerf, p. 207-218.
- MACIEL, M. J. (2005a) – Olhares do historiador da arte perante o discurso original do Cristianismo, *Revista de História da Arte*, 1, Lisboa, p. 14-45.
- MACIEL, M. J. (2005b) – Marcas da Antiguidade na génese cultural portuguesa, *ArteTeoria*, 7, Lisboa, p. 7-16.
- MACIEL, M. J. (2005c) – Da festa indo-europeia à festa transmontana: o uso da máscara na comemoração do solstício de Inverno, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 17, Lisboa, p. 183-208.
- MACIEL, M. J. (2006) – Imagens de arquitecturas: *quadrata, lacus e laciculi* nos santuários rupestres do período romano em Portugal, *Revista de História da Arte*, 3, Lisboa, p.24-39.
- MADOZ, J. (1951) – Martin de Braga, en el XIV Centenário de su advenimiento a la Península (550-1950), *Estudios Eclesiásticos*, 25, Barcelona, p. 219-242.
- MARQUES, A.H.O (1974) – *História de Portugal*, I, Lisboa, 4ª ed.
- MARROU, H.-I. (1938) – *Mousikos Aner, Études sur les scènes de vie intellectuelle figurant sur les monuments funéraires romains*, Grenoble (Bibliothèque de l'Institut Français de Naples, IV).
- MATTOSO, J. (1992) – A época sueva e visigótica, *História de Portugal, I, Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 300-359.
- MONUMENTA GERMANIAE HISTORICA (1819ss), Berlin.
- MOREIRA, A. M. (1972) – Recensão a J. G. Freire, *A versão latina de Pascásio de Dume...*, *Itinerarium*, 78, Braga, p. 453-454.
- OLIVEIRA, M. (1950) – *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação*, Lisboa.

- PATROLOGIAE CURSUS COMPLETUS – SERIES LATINA* (1844-1865), ed. J.-P. Migne, Paris.
- PÉREZ DE URBEL, J. (1952) – San Martín y el Monaquismo, *Bracara Augusta*, 1-2, Braga, p. 50-67.
- REINHART, W. (1952) – *História General del Reino Hispánico de los Suevos*, Madrid.
- SOARES, L. R. (1963) – *A linhagem cultural de S. Martinho de Dume*, Lisboa.
- TRANOY, A. (1974) – *Hydace, Chronique*, Paris, Sources Chrétiennes.
- VIVES, J. (1963) – *Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos*, Barcelona-Madrid.
- VOGEL, C. (1966) – *Le pécheur et la pénitence dans l'église ancienne*, Paris.
- WALTER, G. (1964) – *Le Mémorial des Siècles, Le sac de Rome, vue d'ensemble par André Piganiol*, Paris, Albin Michel.